



PARECER PRÉVIO Nº 11/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10047/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Humaitá.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** José Cidenei Lobo do Nascimento (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8.456, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11.413, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032 e Lucca Fernandes Albuquerque - OAB/AM 11.712.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 735/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Humaitá. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da Prefeitura Municipal de Humaitá, exercício 2011, sob a responsabilidade do **Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento** - Prefeito do Município de Humaitá, exercício 2011, nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto.
- 10.2. **Determinar** à Câmara Municipal de Humaitá, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2011, sob responsabilidade do **Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento** - Prefeito do Município de Humaitá, exercício 2011.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 11/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2019.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 11/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10047/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Humaitá.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** José Cidenei Lobo do Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8.456, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11.413, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032 e Lucca Fernandes Albuquerque - OAB/AM 11.712.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 735/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Humaitá. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Humaitá - exercício 2011, sob a responsabilidade do **Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento**, Prefeito do Município de Humaitá - exercício de 2011, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento** - Prefeito do Município de Humaitá, exercício 2011 -, no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "b" da Resolução n.º 04/02 -RI-TCE/AM (modificada pela Resolução n.º 04/2018), em razão da impropriedade descrita no item 01 do Relatório/Voto, referente ao envio do atraso do RREO's relativos aos 1º, 5º e 6º bimestres, sendo aplicado multa de **R\$ 1.706,80** (um mil,



ACÓRDÃO Nº 11/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

setecentos e seis reais e oitenta centavos) por bimestre de atraso do envio do RREO.

10.2.1. O referido valor deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.2.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento, Prefeito do Município de Humaitá, exercício 2011, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), com fulcro no art. 308, V da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão de ato antieconômico praticado pelo gestor e analisado no item 03 do Relatório/Voto;

10.3.1. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.3.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento, Prefeito do Município de Humaitá, exercício 2011, no valor de **R\$ 30.688,87** (trinta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal, constatados nos itens 04, 05, 06 (subitens "i", "ii", e "iv"), 07 (subitens "i" e "ii"), 08, 09, 10 (subitem "i"), 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24 (subitem "i"), 25



ACÓRDÃO Nº 11/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

(subitens "i", "ii", "iii" e "v"), 26 (subitens "i", "ii", "iii" e "v"), 27 (subitens "i", "ii", "iii", "v", "vii" e "viii"), 29 (subitem "i"), 30 (subitem "i") e 31 (subitens "i" e "vi") do Relatório/Voto;

10.4.1. O referido valor que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

10.4.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 23 de Abril de 2019.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição